

REQUERIMENTO Nº , DE 2018 - PLENÁRIO

Requeiro, nos termos do disposto nos artigos 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja criada Comissão Temporária Externa, composta de 06 (seis) membros, com prazo de funcionamento de 06 (seis) meses, destinada a averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai, podendo, para tanto, realizar audiências públicas e diligências externas, inclusive reuniões com organismos internacionais, requerer informações e outros atos necessários para a consecução de seus objetivos.

JUSTIFICAÇÃO

Buscando incentivar a industrialização do seu país, o governo paraguaio criou o regime de *maquila* (*Ley 1064/97, “DE LA INDUSTRIA MAQUILADORA DE EXPORTACIÓN”*), com o objetivo de promover o estabelecimento e regular as operações de empresas que se dediquem, total ou parcialmente, a realizar processos produtivos, combinando bens ou serviços de procedência estrangeira importados temporariamente, com mão de obra e outros recursos nacionais, destinando sua produção aos mercados de exportação.

Essa lei estabelece isenção de impostos para que as empresas que operem sob o regime de *maquila* importem máquinas e matérias-primas, desde que o produto final seja destinado à exportação. As exportações dessas empresas são taxadas com um único tributo de 1% sobre o valor agregado em território paraguaio quando a mercadoria sai do país.

Já em 2015, jornais brasileiros de grande circulação noticiavam o fato de que mais de quarenta empresas brasileiras haviam se instalado no Paraguai para se beneficiarem dos incentivos e dos menores custos da mão de obra e da energia elétrica existentes naquele país.

Em 2017, o assunto voltou a ser alvo de atenção, tendo sido publicado que, segundo dados do governo local, sete em cada dez indústrias que se instalaram no Paraguai nos últimos cinco anos são brasileiras.



Segundo reportagem publicada no jornal “Folha de São Paulo” em 31 de dezembro de 2017, na embaixada brasileira em Assunção, o número de empresas que pediram informações sobre como operar no país vizinho cresceu quase 64% em 2017, tendo sido realizadas 445 consultas contra 272 em 2016. Também foi informado que três empresas brasileiras haviam se habilitado a entrar no regime de *maquila* no mês anterior à reportagem.

O fato é que está ocorrendo uma migração de parte da produção de bens industriais brasileiros para o país vizinho, com um interesse crescente de algumas indústrias brasileiras de deslocarem pelo menos parte de sua produção para o Paraguai. Esse fenômeno precisa ser melhor compreendido pelo Parlamento brasileiro para que possamos atuar de maneira a preservar os interesses nacionais.

Esses são os argumentos que fundamentam a apresentação do presente requerimento.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO BRAGA

